

265

Influência da Efetividade da Gestão Municipal dos Municípios Paranaenses para Promoção da Transparência Pública no período de 2019 a 2020

Aluno Mestrado/MSc. Student Emerson Orsini Ferrari [ORCID iD](#), Aluno Mestrado/MSc. Student Marta Raquel Zuchelli Felipetto, Doutor/Ph.D. Delci Grapégia Dal Vesco, Doutor/Ph.D. Geysler Rogis Flor Bertolini

UNIOESTE, Cascavel, PR, Brazil

Aluno Mestrado/MSc. Student Emerson Orsini Ferrari

[0000-0002-5282-9246](#)

Programa de Pós-Graduação/Course

Mestrado em Contabilidade

Aluno Mestrado/MSc. Student Marta Raquel Zuchelli Felipetto

Programa de Pós-Graduação/Course

Mestrado em Contabilidade

Doutor/Ph.D. Delci Grapégia Dal Vesco

Programa de Pós-Graduação/Course

Mestrado em Contabilidade

Doutor/Ph.D. Geysler Rogis Flor Bertolini

Programa de Pós-Graduação/Course

Mestrado em Contabilidade

Resumo/Abstract

O objetivo deste trabalho é verificar a influência da Efetividade da Gestão Municipal (IEGM) nos municípios do estado do Paraná, sob a ótica de fatores de melhoria do desempenho nas sete áreas relacionadas ao índice: educação, saúde, planejamento, gestão fiscal, meio ambiente, cidades protegidas, e governança em Tecnologia da Informação, com a Transparência Pública (ITP). Para atingir este objetivo, desenvolveu-se um modelo de regressão linear com dados em painel com uma amostra contendo 398 municípios do estado do Paraná, no período de 2019 a 2020, os dados foram coletados no sítio eletrônico do TCE-PR. Os resultados demonstram que os índices i-Fiscal, i-Ambiental e I-Governança influenciam no Índice de Transparência Pública (ITP). Nesta ótica, é possível concluir que a efetividade da gestão municipal representa a qualidade da execução das ações da gestão pública que, utilizando-se de monitoramento, controle e avaliação de indicadores de desempenho, proporciona transparência pública quanto aos serviços prestados e/ou bens públicos disponibilizados.

Modalidade/Type

Artigo Científico / Scientific Paper

Área Temática/Research Area

Contabilidade e Setor Público (CSP) / Accounting and Public Sector



A influência da Efetividade da Gestão Municipal dos Municípios Paranaenses para a Promoção da Transparência Pública, no período de 2019 a 2020

Resumo:

O objetivo deste trabalho é verificar a influência da Efetividade da Gestão Municipal (IEGM) nos municípios do estado do Paraná, sob a ótica de fatores de melhoria do desempenho nas sete áreas relacionadas ao índice: educação, saúde, planejamento, gestão fiscal, meio ambiente, cidades protegidas, e governança em Tecnologia da Informação, com a Transparência Pública (ITP). Para atingir este objetivo, desenvolveu-se um modelo de regressão linear com dados em painel com uma amostra contendo 398 municípios do estado do Paraná, no período de 2019 a 2020, os dados foram coletados no sítio eletrônico do TCE-PR. Os resultados demonstram que os índices i-Fiscal, i-Ambiental e I-Governança influenciam no Índice de Transparência Pública (ITP). Nesta ótica, é possível concluir que a efetividade da gestão municipal representa a qualidade da execução das ações da gestão pública que, utilizando-se de monitoramento, controle e avaliação de indicadores de desempenho, proporciona transparência pública quanto aos serviços prestados e/ou bens públicos disponibilizados.

Palavras-Chave: Eficácia. Governança. Indicadores de desempenho. Teoria da Agência. Transparência Pública.

Abstract:

The objective of this work is to verify the influence of Municipal Management Effectiveness (IEGM) in the municipalities of the state of Paraná, from the perspective of performance improvement factors in the seven areas related to the index: education, health, planning, fiscal management, environment, protected cities, and governance in Information Technology, with Public Transparency (ITP). To achieve this objective, a linear regression model was developed with panel data with a sample containing 398 municipalities in the state of Paraná, in the period from 2019 to 2020, the data were collected on the TCE-PR website. The results demonstrate that i-Fiscal, i-Environmental and I-Governance indices influence the Public Transparency Index (ITP). From this perspective, it is possible to conclude that the effectiveness of municipal management represents the quality of the execution of public management actions that, using monitoring, control and evaluation of performance indicators, provides public transparency regarding the services provided and/or public goods. made available.

Keywords: Efficacy. governance. Performance indicators. Agency Theory. Public Transparency.

1 Introdução

A administração pública tem como finalidade a busca pela aplicação dos recursos públicos, com vistas a efetividade das políticas públicas (Fraga, Medeiros, Vieira & Bender, 2019), de forma eficiente com o objetivo de atender aos interesses da sociedade (Castro & Silva, 2017), demonstrada por meio dos resultados das ações governamentais (Baciu & Botezat, 2014).

A governança pública se mostra como uma importante ferramenta voltada ao controle da sociedade sobre a atuação e os resultados obtidos pelas entidades públicas (Cichoski, Sehn & Mello, 2019). Evidencia-se que, os princípios da eficiência, efetividade e transparência do setor público como principais fatores que sustentam a Governança Pública (Hwang & Akdede, 2011). Viana (2010) acrescenta que a efetividade seria a escolha mais adequada dos investimentos e serviços a serem executados, conforme as necessidades da população, com grau de qualidade nesses serviços. Para ocorrer a Efetividade de Gestão Municipal (IEGM) se faz necessário que os bens e serviços resultantes de determinada ação tenham atingido os resultados mais benéficos à sociedade (Matias-Pereira, 2010).

Ao considerar que os gestores públicos apresentam tendências de direcionamento às ações em dissonância aos interesses da população, fundamenta-se a Teoria da Agência e a Governança aos serviços públicos. Para ser eficiente e atingir os resultados a organização precisará monitorar o conflito de agência, na qual há disputa de poder entre os agentes, item relevante do estudo de Jensen e Meckling (1976) que avançaram na temática e a denominaram de Teoria da Agência. A relação de agência consiste em uma espécie de contrato entre o principal e o agente, por meio do qual destacaram ser o conflito de interesses o principal determinante a influenciar na estrutura das organizações, conflito este, observados, também, por Harris e Raviv (1991) quando manifestam que a disputa pelo poder influência nas decisões estratégicas a serem tomadas.

Nessa perspectiva, a Teoria da Agência sugere que mecanismos de governança pública podem atuar como amenizadores dos conflitos de agência. Desta forma, surgem as boas práticas de Governança, com o intuito de minimizar os custos de agência e promover o alinhamento de interesses utilizando-se de um conjunto de mecanismos, sem privilegiar interesses individuais, de forma que a tomada de decisões sejam conscientes e conduzam a eficiência e eficácia (Rosseti & Andrade, 2012).

A efetividade da gestão e governança pública para Forsund (2017) foi analisada a partir da distinção entre a eficiência e eficácia, levando-se em conta a ênfase em determinado tipo de serviço público e sua priorização por determinado órgão, para maximizar o valor do impacto nos objetivos sociais. Linhares, Marini, Gazolla e Santos (2020) identificaram que as políticas públicas dos municípios brasileiros por meio do Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM), contribuem com a análise do nível de desenvolvimento das regiões.

Existem ferramentas e formas para avaliar a gestão municipal, as quais se destacam os índices desenvolvidos por órgãos de controle tais como o Índice de Efetividade de Gestão Municipal (IEGM) formulado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP) e pelo Instituto Rui Barbosa (IRB). O IEGM visa avaliar a efetividade da gestão administrativa das prefeituras. O índice é composto por sete indicadores envolvendo as áreas: Educação, Saúde, Planejamento, Gestão Fiscal, Meio Ambiente, Proteção das Cidades e Governança da Tecnologia da Informação (IRB, 2017). Neste âmbito, a transparência é considerada elemento relevante para melhorar a gestão fiscal (Leite Filho, Cruz, Nascimento e Silva, 2018)

Neste contexto, tem-se a seguinte questão de pesquisa: Quais áreas que compõem o Índice de Efetividade de Gestão Municipal (IEGM) influenciam na promoção da transparência nos municípios paranaenses, no período 2019 a 2020?

O objetivo do estudo consiste em verificar a influência da Efetividade da Gestão Municipal (IEGM) nos municípios do estado do Paraná, sob a ótica de fatores de melhoria do desempenho nas sete áreas relacionadas ao índice: educação, saúde, planejamento, gestão fiscal, meio ambiente, cidades protegidas, e governança em Tecnologia da Informação, com a Transparência Pública (ITP).

O presente estudo justifica-se pela necessidade da discussão de estudos relacionados à efetividade da gestão pública dos municípios, sob o enfoque da governança pública, a qual contribui eficazmente para o desempenho e resultados da gestão, característica importante para garantir o controle efetivo por parte da sociedade. Destaca-se que estudar os indicadores de efetividade da gestão, bem como analisar o índice de transparência pública, pode indicar evidências empíricas acerca de uma gestão pública mais eficiente. E ainda, revela a importância do IEGM como ferramenta útil, proporcionando a análise da efetividade da gestão municipal de municípios, neste estudo os paranaenses.

2 Referencial Teórico

2.1 Teoria da Agência

A teoria da agência, definida como um contrato, no qual o principal contrata uma pessoa (denominada agente) para representá-lo e, portanto, com autoridade para tomar decisões. Se ambas as partes (o agente e o principal) tem suas ações visando a maximização de seus benefícios e interesses pessoais (Jensen e Meckling, 1976).

Para Li e Kou (2016) mencionam que o fator determinante para que se tenha o conflito de agência está na questão de que o agente buscará tomar decisão que maximize seus resultados enquanto o principal quer maximizar os seus interesses.

Sobre a temática Hendriksen e Van Breda (1999) destacam que o agente se compromete a realizar certas tarefas para o principal e o principal compromete-se a remunerar o agente. Os autores citam que o principal possui algumas prerrogativas importantes, como: a) o avaliador de informação; b) quem exerce a opção de escolha do sistema de informação; c) o determinador da função utilidade essencial, ou seja, julgar o que é útil. Aos agentes atribuem-se compromissos e obrigações assumidos em nome do principal. E, por seu desempenho na solução dos problemas a favor do principal, recebe deste, uma remuneração.

Conforme Viana (2010), no âmbito do setor público, sob a perspectiva externa, o principal pode ser compreendido como o cidadão, o contribuinte ou o eleitor, que, pelo voto, irá eleger um agente, que são os gestores públicos, responsáveis por gerir os recursos financiados pelo principal, mediante o pagamento de impostos. Neste contexto, mecanismos de governança pública podem atuar como amenizadores dos conflitos de agência (Cichoski et al, 2019). Sob a perspectiva interna de gestão pública o principal é o prefeito, governador, presidente e representantes do povo eleitos e os agentes são seus assessores, ministros, secretários que contribuem para a qualidade da gestão. Nesta pesquisa o objeto a ser analisado é sob a perspectiva externa (principal o cidadão e agente seu representante eleito – o Prefeito).

O estudo de Abílio Martins, Jeremias Junior e Fernando Enciso (2021) analisou por meio de um ensaio teórico, as relações existentes, a respeito da Teoria da Agência e da Governança Corporativa na aplicação no setor e serviços públicos. Os autores concluíram que uma boa estrutura de Governança se torna recomendável para uma eficaz administração e gestão nos órgãos do setor público.

2.2 Governança

A Governança corporativa pode ser entendida como sendo um conjunto de ferramentas que trazem a concepção da tomada de decisões com base em atitudes conscientes que busquem atender os interesses das organizações acima dos interesses individuais, sem, contudo, deixar de atender ao desejo de maximização quanto a perspectiva de geração de valor para o negócio (Silveira, 2010).

Na década de 1980, como forma de controlar a gestão sobre os executivos, especialmente na questão do abuso de poder, além dos fenômenos das aquisições hostis ocorridas nos Estados Unidos da América, seguido de maior ativismo dos investidores institucionais, crises nos mercados emergentes e, principalmente, dos escândalos corporativos observados nos Estados Unidos e Europa, motivaram e conduziram aos movimentos pró-governança (Bastos & Silva, 2018)

No Brasil, este movimento, tornou-se evidente com a criação do Instituto Brasileiro de Conselheiros de Administração em 1995, posteriormente renomeado de Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) e a criação do primeiro Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa, em 1999, que foram marcos que consolidaram o movimento das boas práticas, que teve início nos anos 1990, advindos com as privatizações realizadas no período reforçada pela expectativa de estabilização da economia com o Plano Real, uma vez que esta conjuntura conduzia para um ambiente de estabilidade com a melhoria, também, dos trabalhos de controle (Bastos & Silva, 2018).

A governança corporativa, segundo o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), é definida como um “(...) sistema pelo qual as empresas e demais organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre sócios, conselho de administração, diretoria, órgãos de fiscalização e controle e demais partes interessadas” (IBGC, 2015, p. 20).

Neste sentido, é possível destacar a Governança Corporativa como sendo aquela que dará sustentabilidade para a transparência corporativa, bem como conduzirá para que as informações a serem disponibilizadas a todos as partes interessadas e que representem a realidade da organização, contendo dados consistentes e confiáveis, de forma que as

organizações possam buscar a maximização de seus resultados, mas que tenham pilares sustentados pelas boas práticas de Governança Corporativa (Bushman & Smith, 2003)

A governança pode ser constatada pela perspectiva de organizações públicas ou privadas. No âmbito da Administração Pública, o Banco Mundial, define a governança como um “processo por meio do qual atores estatais e não estatais interagem para conceber e implementar políticas públicas no âmbito de um dado conjunto de regras informais que moldam e são moldadas pelo poder” (Banco Mundial, 2017, p. 3).

As boas práticas de Governança Corporativa estimulam aqueles que detêm o poder da tomada de decisão a agirem para alinhar os interesses das partes conflitantes para, como isso, serem capaz de minimizar o conflito entre os agentes e, desta forma, melhorar a forma de monitorar a aplicação dos recursos. A Governança Corporativa tem papel mediador na redução dos conflitos dos agentes que conduzem a reduzir riscos e tendem a buscar a excelência nas decisões corporativas, uma vez que as mesmas serão conduzidas por processo transparente (Bastos & Silva, 2018).

Santos e Rover (2019) analisaram a influência de práticas de governança pública na eficiência da aplicação dos recursos públicos em educação e saúde nos municípios brasileiros, a partir da perspectiva da nova governança pública (*new public governance* - NPG). Os resultados apontam que as práticas de governança pública influenciam a eficiência da aplicação dos recursos públicos em educação e saúde nos municípios brasileiros.

2.3 Efetividade da Gestão Pública

Planejar e gerir recursos públicos, com efetividade nas ações, é a concepção de um modelo contemporâneo de gestão pública, citada como sendo administração pública gerencial, que se insere na busca pela melhoria contínua dos serviços públicos de forma a atender os anseios da sua comunidade (Matias-Pereira, 2010; Meirelles, 2003). Segundo Castro e Silva (2017) esta nova sistemática na forma de administrar os recursos públicos com fins de utilização eficaz dos recursos públicos na busca por melhor desempenho e, conseqüentemente, satisfazer aos cidadãos com serviços de qualidade, tem sido chamada de “nova gestão pública” (*new public management*).

Nesta questão do uso correto dos recursos públicos para melhoria das condições de vida da população, por meio de políticas públicas, tem-se que cabem aos gestores públicos, na qualidade de executores do objeto principal do Estado, que é potencializar serviços de qualidades com efetividade, sempre no intuito de buscar a melhor forma de realizar os serviços para que os mesmos sejam eficazes (Moura, Ribeiro & Monteiro, 2017).

Esse monitoramento das ações precisa ser constante, com olhar para as metas que foram planejadas, bem como compará-las com os resultados alcançados, momento em que os indicadores se tornam ferramentas de avaliação (Gomes, 2009). Demonstrar a coerência entre aquilo que foi planejado com o que foi executado pelo gestor é item que precisa ser de conhecimento dos cidadãos, como forma de avaliar a eficiência e eficácia com que esses recursos foram geridos (Grateron, 1999). Cabe a gestão pública atentar-se para o bem estar dos seus munícipes, na busca dos melhores resultados para as ações planejadas, pautados pela efetividade de suas ações (Cunha, 2011).

Quando se fala em efetividade que vai buscar o desenvolvimento econômico e social, dentro da concepção do que se é público, tem-se que os resultados impactarão ou

não em benefícios a população, logo, a efetividade em questão é um conjunto de capacidades que englobam eficiência e eficácia, que juntos, propiciam melhores condições de vida a sociedade, com bens e serviços de qualidade (Castro, 2006; Torres, 2004; Matias-Pereira (2010).

As verificações quanto à eficiência, efetividade, economicidade, entre outros elementos visam, na organização pública, mensurar a efetividade das ações, por meio de acompanhamento, controle e avaliação que se utilizam dos indicadores de desempenho, como forma a poder verificar os resultados quanto aos serviços prestados e/ou bens públicos disponibilizados (Asatryan & Witte, 2015; Costa et al., 2020). Cohen (1993) cita que para se tecer uma gestão efetiva é necessário a utilização de indicadores de gestão como forma de medir o desempenho das entidades públicas.

Estudos destacam a efetividade na gestão pública. Cita-se o estudo de Kösecik, Kapucu e Sezer (2003) observaram em que medida as características dos gestores públicos da Turquia são percebidas como obstáculos significativos para uma gestão eficiente e efetiva. Os autores verificaram que os governadores distritais, em geral, são consideravelmente bons no gerenciamento da organização pela qual são responsáveis, mas que precisam desenvolver habilidades pessoais.

O estudo de Castro e Carvalho (2017) descreve sobre o indicador de efetividade como forma de contribuição dos Tribunais de Contas para melhoria da gestão pública. Os resultados destacaram o controle como um dos pilares da democracia e a prestação de contas com um valor constitucional. Na mesma temática Alves e Lee (2019) analisaram o índice de efetividade em municípios cearenses no ano de 2017. No estudo, os autores verificaram que o IEGM permite um maior entendimento da gestão municipal e possibilita identificar pontos de oportunidade de melhoria na efetividade da gestão.

Silva (2020) comparou o IEGM/TCESP dos municípios paulistas entre os anos de 2014 a 2017. Os resultados evidenciaram que o IEGM é um importante instrumento de avaliação da gestão pública, para ampliação e aperfeiçoamento do controle externo, controle social e autoavaliação dos gestores públicos. Já o estudo de Zubyk, Ribeiro, Clemente e Gerigk (2019) buscou identificar o nível de eficiência na gestão dos recursos locais aplicados nas áreas de educação e saúde dos municípios paranaenses, referente ao período de 2001 a 2012. Os resultados indicaram que aproximadamente 8% dos municípios paranaenses apresentaram eficiência máxima, em relação à gestão dos recursos destinados às áreas de educação e de saúde, em algum dos períodos analisados.

Com base nos estudos acima citados, essa pesquisa pressupõe que o IEGM permite avaliar a qualidade da gestão pública, oportunidades de melhorias, eficiência e eficácia de ações gerenciáveis, bem como sua conectividade com a transparência.

2.4 Indicadores de Desempenho com a Efetividade da Gestão Pública

Os indicadores de desempenho podem ser uma importante ferramenta gerencial para a administração pública e, por outro lado, um instrumento fundamental para a fiscalização da gestão pública (Tadachi & Flores, 2005). A utilização de indicadores propicia aos gestores o controle mais eficiente dos gastos públicos (Pace, Basso & Silva, 2003).

Os indicadores de desempenho da gestão são relevantes para que os gestores públicos possam medir essa efetividade e, desta forma, monitorar a utilização dos recursos públicos com base na accountability, importante quando se trata de gestão



pública e o alcance das metas planejadas, desde que deixem de serem tratados como simples item de medição e sejam utilizados como balizadores para correção de ações implementadas ou mesmo para novas ações, no intuito de ser eficaz na gestão pública (Ribczuk & Nascimento, 2015; Lemos et al., 2020). Corrobora a questão dos indicadores de desempenho a concepção do TCU (2011) quanto a importância dos mesmos para o monitoramento das ações desenvolvidas, especialmente porque estes têm capacidade de apresentar o nível em que se encontra a prestação de serviços, seja quanto a qualidade, mas, também, para se ter uma ótica mais clara do ponto em que se deseja chegar com estas ações.

2.4.1 Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM)

O Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM), usado para a definição acerca da eficiência e eficácia da gestão dos municípios, é composto por indicadores finalísticos destinados a evidenciar as ações da gestão pública. O IEGM tem por finalidade verificar a efetividade das políticas e atividades públicas desenvolvidas, a fim de avaliar a qualidade dos gastos dos municípios. Também, visa constatar se os objetivos estratégicos estão sendo alcançados de forma efetiva (Passos & Amorim, 2018).

Reconhecido em todo o Brasil por meio dos trabalhos realizados pelos Tribunais de Contas das unidades da federação, encontra-se o Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM), elaborado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP), tendo sido desenvolvido para medir a efetividade das gestões municipais no Brasil, sendo um importante instrumento de acompanhamento das ações do setor público brasileiro.

O IEGM é composto por sete (7) áreas de execução da gestão pública, como educação, saúde, planejamento, gestão fiscal, meio ambiente, cidades protegidas, e governança em Tecnologia da Informação. As áreas são descritas na Tabela 1:

Tabela 1 - Descrição das áreas do IEGM

Área	Descrição
Índice Municipal da Educação (i-EDUC):	Mede os resultados das ações na área de educação infantil e ensino fundamental, com foco na infraestrutura escolar. Inclui aspectos da avaliação escolar, planejamento de vagas, atuação do Conselho Municipal de Educação, alimentação escolar entre outros;
Índice Municipal da Saúde (i-SAÚDE):	Ênfase na atenção básica, programa saúde da família, atuação do Conselho Municipal de Saúde, atendimento a doenças, prevenção, campanhas de vacinação e orientação à população, entre outros;
Índice Municipal do Planejamento (i-PLANEJAMENTO):	Avalia o planejamento e a execução dos orçamentos, com atenção a metas físicas e indicadores dos programas;
Índice Municipal da Gestão Fiscal (i-FISCAL):	Avalia a execução financeira e orçamentária, bem como transparência e atendimento à Lei de Responsabilidade Fiscal;
Índice Municipal do Meio Ambiente (i-AMB):	Mede o resultado de políticas relativas ao meio ambiente, incluindo resíduos sólidos, saneamento, educação ambiental e atuação de Conselho Municipal;
Índice Municipal de Cidades Protegidas (i-CIDADE):	Avalia o planejamento de ações de proteção aos cidadãos, com especial atenção a sinistros, desastres, planos de contingência e atuação da defesa civil;
Índice Municipal de Governança de Tecnologia da Informação (i-GOV TI):	Realiza um diagnóstico do conhecimento e uso dos recursos de Tecnologia da Informação, segurança da informação, capacitação de pessoal e transparência.

Fonte: Adaptado de (IRB, 2017).

O IEGN tem importante papel quanto a garantia dos objetivos das gestões municipais pelo Brasil, uma vez que é uma ferramenta considerada de aperfeiçoamento no quesito fiscalização, que tem a capacidade de demonstrar os setores em que os municípios estão atuando com eficiência, bem como indicar setores que carecem de melhorias (IRB, 2017).

Para fins de indicação, a composição do índice IEGM, com os pesos relativos encontra-se na Tabela 2.

Tabela 2 - Pesos dos índices do IEGM

ÍNDICE	i-Educ	i-Saúde	i-Planejamento	i-Fiscal	i-Amb	i-Cidade	i-Gov TI	TOTAL
PESO	20%	20%	20%	20%	10%	5%	5%	100%

Fonte: TCE/PR (2022)

Tem-se, ainda, que o IEGM é classificado em cinco níveis de avaliação (Anuário, 2021). A Tabela 3 elenca os níveis de classificação e critérios do IEGM.

Tabela 3 - Classificação e critérios do IEGM

Nota	Classificação	Critério
A	Altamente Efetivo	IEGM a partir de 90% da nota máxima e, pelo menos, 5 (cinco) índices componentes com nota A
B+	Muito Efetivo	IEGM maior ou igual a 75% e menor que 90% da nota máxima
B	Efetivo	IEGM maior ou igual a 60% e menor que 75% da nota máxima
C+	Em fase de adequação	IEGM maior ou igual a 50% e menor que 60% da nota máxima
C	Baixo nível de Adequação	IEGM menor ou igual a 49,99%

Fonte: Anuário (2021)

O objetivo do IEGM consiste em verificar as áreas que demandam maior qualidade nos gastos públicos, concluindo como altamente efetiva a gestão (Anuário, 2021).

2.4.2 Índice de Transparência da Administração Pública - ITP

Ressalta-se ainda, o advento da Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101 de 2000, a Lei da Transparência nº 131 de 2009 e a Lei de Acesso à Informação nº 12.527 de 2011, foram instituídas como instrumentos legais de orientação para os Gestores públicos na utilização dos recursos, estabelecendo normas para as finanças públicas, além de enfatizar novos conceitos como é o caso da Responsabilidade dos agentes públicos e da Transparência nos atos administrativos.

No que tange a Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009, altera o contido na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) no que se refere à transparência da gestão fiscal. Acrescenta dispositivos no intuito de determinar a disponibilização de informações detalhadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Neste contexto, foi desenvolvido o Índice de Transparência da Administração Pública - ITP, cujo objetivo é mensurar o nível de transparência fiscal por meio dos critérios formais pré estabelecidos, isto é, medir o grau de transparência dos portais eletrônicos dos entes públicos (TCE-PR, 2020).

O acesso aos dados públicos permite que os cidadãos acompanhem a implementação das políticas públicas e a fiscalização da aplicação dos recursos públicos pelos gestores (Tribunal de Contas do Estado do Paraná, 2020). O Índice de Transparência é, portanto, um meio de informar ao cidadão e ao gestor público o nível de transparência das contas públicas do seu município, estado e país (Contas Abertas, 2017).

Contextualizando a temática cita-se o estudo de Baldissera (2018) que analisou a influência dos fatores socioeconômicos, financeiros-orçamentários e políticos no índice de transparência ativa e transparência passiva dos municípios brasileiros, constatando que as variáveis número de habitantes, renda municipal, nível de desenvolvimento educacional, região, condição financeira, gastos com investimentos, competição política, a ideologia política, associação da coligação partidária com governo, exercerem influência positiva e significativa com relação à Transparência Pública.

O estudo de Leite Filho et.al., (2018) analisou a relação entre a qualidade da gestão fiscal e a transparência nos municípios brasileiros. Os resultados evidenciaram relação positiva e significativa entre o indicador de qualidade de gestão pública municipal (IFGF) com a transparência dos municípios brasileiros.

Na mesma ótica, o estudo de Rosa, Lunkes e Vieira (2021) analisou a influência da transparência pública na relação entre gestão fiscal e desempenho municipal dos municípios brasileiros. Os resultados evidenciam que o equilíbrio na gestão fiscal tem impacto positivo no desempenho municipal e que a transparência pública tem influência positiva na relação entre gestão fiscal e desempenho municipal. Conclui-se que a transparência influencia positivamente no equilíbrio das contas públicas e na capacidade dos municípios de gerar receita própria, o que resulta em ganhos de eficiência, e impacta na melhoria e na ampliação de serviços prestados para a sociedade.

O estudo de Costa, Xavier Júnior, Rêgo e Macedo (2020) analisou a relação entre os indicadores socioeconômicos e demográficos e o nível de transparência dos municípios de médio porte brasileiros. A análise apoia-se na Teoria da Agência, por meio da abordagem da governança pública como forma de diminuir a assimetria informacional entre o principal (sociedade) e o agente (governo), aumentando a transparência e a *accountability* no setor público.

Especificamente, no que se refere aos municípios paranaenses, o estudo, Kruger e Falcão (2021) analisou o índice de transparência dos Municípios do Sudoeste do Paraná, conforme dados apresentados no portal de transparência de cada Município e do Tribunal de Contas do Estado do Paraná-PR. Os resultados demonstram que com relação aos índices de transparência, a Região Sudoeste encontra-se com resultados satisfatórios, se comparado com os indicadores dos demais municípios do estado.

Neste contexto, baseado na fundamentação teórica e os estudos anteriores analisados, tendo ainda como base as variáveis que compõem o constructo da pesquisa, formula-se a seguinte hipótese:

H₁ – A Efetividade de Gestão Municipal apresenta relação significativa positiva com a Transparência pública municipal, no período de 2019 a 2020.

Espera-se que os resultados, se assemelhem aos estudos de Alves e Lee (2019), Silva (2020) que analisaram o índice de efetividade de gestão municipal (IEGM) e evidenciaram nos resultados a importância do IEGM na gestão municipal. E com os estudos de Leite Filho et.al., (2018), Rosa, Lunkes e Vieira (2021) e Kruger e Falcão (2021) que observaram a relação positiva da transparência e os indicadores de gestão.

3 Metodologia

Para atender ao objetivo deste estudo, foi conduzida uma pesquisa descritiva, documental e de abordagem quantitativa. A pesquisa buscará identificar as áreas do IEGM que tem sido efetiva quanto a Governança Pública, de forma a descrever as características de determinada realidade, com o levantamento de informações, por meio de dados secundários coletados e mapeados pela técnica *ex-post-facto*, que analisa fatos passados que influenciaram nas variáveis do estudo (Raupp & Beuren, 2013).

A população desta pesquisa compreendeu os 399 municípios do Estado do Paraná, com os dados tendo sido coletados diretamente do site do Instituto Rui Barbosa e organizados em forma de planilha do Microsoft Office Excel 365®. O período do estudo compreende os anos de 2019 a 2020. Utilizou-se, para fins de amostra de cálculo, 398 municípios, uma vez que um município, da população precisou ser excluído por ter um dos índices na forma negativa, que poderia vir causar distorção na análise.

O constructo da pesquisa, com a definição das variáveis independente e dependente, consta da Tabela 4:

Tabela 4 – Constructo da Pesquisa

Variável	Indicador
Dependente	Índice de Transparência da Administração Pública (ITP)
Independente	Índice de Educação (EDU)
	Índice de Saúde (SAL)
	Índice de Planejamento (PLA)
	Índice de Gestão Fiscal (FIS)
	Índice de Meio Ambiente (AMB)
	Índice de Cidades Protegidas (CID)
	Índice de Governança em Tecnologia de Informação (GOV)

Fonte: Adaptado TCE- PR (2021)

A variável dependente e as independentes, aquelas determinadas pelo constructo da pesquisa da Tabela 04, foram estudadas com a utilização da análise de dados em painel – regressão linear, de modo a ser possível estudar, de forma simultânea, as variações das variáveis ao longo do tempo e entre diferentes indivíduos. O formato em painel permite que se possa ter dados mais informativos, com maior variabilidade, menor colinearidade e maior grau de liberdade de modo a buscar uma melhor precisão de efeitos que não poderiam ser vistos apenas em corte transversal ou série temporal pura (Gujarati & Porter, 2011).

Realizar-se-á o teste de Chow para quebra estrutural para se verificar a existência ou não de mudança estrutural ao se aplicar a regressão de modelos com séries temporais de forma a testar a igualdade dos conjuntos de parâmetros do estudo, por meio da estatística F, dividindo-se a amostra em períodos, sendo o corte realizado no ano de 2019, já que o teste de Chow é apropriado para casos em que se têm a data da quebra estrutural, eliminando-se, desta forma, a limitação do teste (Chow, 1960), assim, se o resultado for maior que o nível de significância escolhido, rejeita-se a hipótese nula de estabilidade estrutural. A aceitação da hipótese nula acarretará o reconhecimento de que não há quebra estrutural, já a rejeição desta hipótese indicará ter havido quebra estrutural e, dessa forma, houve mudanças estruturais.

Buscou-se, também, realizar os testes para se verificar, dentre os modelos de dados em painel, *Pooled* (Empilhado), Efeitos Aleatórios ou Random Effects (RE) e Efeitos Fixos ou Fixed Effects (FE), aquele que melhor explica as variáveis coletadas no estudo. Os testes foram realizados e se encontram na Tabela 5:

Tabela 5 – Testes para definir modelo de painel

<i>F de Chow</i>		<i>Breusch-Pagan</i>		<i>Hausman</i>	
F	<i>p-value</i>	<i>Chisq</i>	<i>p-value</i>	Chisq	<i>p-value</i>
1,3446	0,001685	5,3617	0,02058	22,283	0,00227

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

O Teste F de Chow buscou identificar, dentre os modelos *Pooled* e Efeitos Fixos, o mais indicado para o conjunto de dados do estudo, razão pela qual demonstrará se o intercepto é igual ou diferente em todos os períodos analisados. Aceitar a hipótese nula

significa que os interceptos são iguais e, neste caso, conduzirá para aceitar o modelo Pooled, rejeitá-la conduzirá ao modelo de Efeitos Fixos (Vergini *et al.*, 2015). O resultado apresentou o p-value inferior a 0,05 e, neste caso, o modelo de Efeitos Fixos é considerado melhor do que o modelo Pooled, uma vez que o valor menor que 0,05, pois rejeita-se a hipótese nula de que há igualdade nos interceptos e nas inclinações.

Já o teste do modelo de Breusch e Pagan conduzirá para a melhor escolha entre os modelos de Pooled e Efeitos aleatórios, e o teste consiste em averiguar a existência de efeitos aleatórios entre as variáveis que serão analisadas na regressão, ao aceitar a hipótese nula, conduzirá o estudo para a utilização do modelo Pooled, rejeitá-la entende-se que o modelo a ser utilizado é de Efeitos Aleatórios (Gujarati & Porter, 2011). O p-value resultado do teste foi menor que 0,05, logo, rejeita-se a hipótese nula, o que evidencia ser o modelo de Efeitos Aleatórios superior ao Pooled para a amostra em questão.

Por fim, o teste de Hausman buscará identificar o melhor modelo dentre Efeitos Aleatórios e Efeitos Fixos e, nesse teste, aceitar a hipótese nula conduzirá a aceitar o modelo de Efeitos Aleatórios (Gujarati & Porter, 2011). O resultado apresentou um p-value inferior a 0,05 que, para fins de teste, faz com que se rejeite a hipótese nula e, conseqüentemente, trará como resposta que Efeitos Fixos é melhor que Efeitos Aleatórios.

Para se verificar os índices dos municípios paranaenses, que são parte da amostra, à luz da teoria da Agência, foi utilizado um modelo de regressão linear que pode ser observado na equação (1):

$$ITP_{it} = \alpha + \beta_1 ED_{it} + \beta_2 SAU_{it} + \beta_3 PLA_{it} + \beta_4 FIS_{it} + \beta_5 AMB_{it} + \beta_6 CID_{it} + \beta_7 GOV_{it} + \mu_{it} \quad (1)$$

Em que ITP_{it} , variável dependente do estudo, refere-se ao índice de transparência da administração pública da cidade i no ano t ; α é o intercepto da reta; os β são os coeficientes angulares; ED_{it} , SAU_{it} , PLA_{it} , FIS_{it} , AMB_{it} , CID_{it} , GOV_{it} , são as variáveis independentes das cidades i no ano t e μ_{it} é o termo de erro estocástico.

Os dados em painel é um método a ser estruturado quando se tem um número considerável de pontos de dados, de forma que se possa reduzir a colinearidade das variáveis explicativas, aumentar os graus de liberdade a fim de que se tenha maior eficiência estimativa econométrica (Gujarati & Porter, 2011). Essa redução da colinearidade e o aumento dos graus de liberdade proporciona maior precisão dos efeitos que nem sempre podem ser observados por um corte transversal ou série temporal, obtém-se a vantagem maior de utilizar-se da análise em painel que é combinar séries temporais com observações em corte transversal (Gujarati & Porter, 2011).

Após a realização dos testes, identificou-se que o modelo mais adequado para o estudo da amostra da pesquisa seria o de efeitos fixos, porém, como coeficiente de determinação ajustado (R^2 ajustado) deu negativo neste modelo, optou-se pelo modelo de Efeitos Aleatórios ou Random Effects (RE), sendo este o modelo em que o intercepto é representado pelo valor médio de todos os interceptos, e o desvio deste intercepto individual relacionado a esse valor médio é o componente do erro. Esse modelo pressupõe que os efeitos individuais estejam em torno de uma média constante (Gujarati & Porter, 2011).

4 Análise dos resultados e discussão

4.1 Estatística descritiva

A pesquisa utilizou uma amostra de 398 municípios paranaenses, com dados referentes ao período de 2019 a 2020, totalizando um número de 796 observações, no que se refere aos indicadores do IEGM e ITP. Os resultados obtidos referente às variáveis analisadas dos municípios pesquisados são apresentados na Tabela 6.

Tabela 6 – Estatística descritiva das variáveis analisadas

Variáveis	ITP	i-EDU	i-SAU	i-PLA	i-FIS	i-AMB	i-CID	i-GOV
Observações	796	796	796	796	796	796	796	796
Média	66.532	59.00	70.89	37.41	69.78	53.73	62.42	55.59
Desvio padrão	10.884	13,40	12,24	11,88	9,69	18,11	25,06	13,63
Mínimo	6.013	18.00	27.00	7.00	19.00	1,01	0.00	22.00
Máximo	94.818	93.00	93.00	83.95	91.59	100.00	100.00	96.00

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

A análise das estatísticas descritivas da variável dependente do estudo, o Índice de Transparência Pública (ITP), indica média de 66,53%. Há uma amplitude significativa no que diz respeito a este indicador, com um mínimo de 6,01% e o máximo de 94,81% que faz perceber a existência de cidades com dificuldades nesta questão e outras que estão bem à frente da média encontrada na série de dados. Em relação a variabilidade, representado pelo desvio-padrão, está em 10,88% não sendo uma variabilidade baixa, mas, também, não é das maiores, portanto, um valor considerado médio.

Com relação ao Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM), a Tabela 6 apresenta a variável Educação (i-EDU) média de 59%, com mínimo de 18,00% e máxima de 93,00 pontos. O que indica que a média dos municípios analisados se encontra em “Em fase de adequação” (C+), conforme Tabela 3. A variável Saúde (i-SAU) obteve média de 70,89%, com um mínimo de 27,00% e máxima de 93,00 pontos, dados que classifica os municípios em “Efetivo” (B).

Para a variável Planejamento (i-PLA), os dados demonstram média de 37,41%, com um mínimo de 7,00% e máxima de 83,95 pontos. O que demonstra que a média dos municípios analisados estão em “Baixo nível de Adequação” (C). No que se refere à variável Gestão Fiscal (i-FIS) obteve média de 69,78%, com um mínimo de 19,00% e máxima de 91,59 pontos. Neste quesito, a média dos municípios analisados se encontram na classificação “Efetivo” (B).

Com relação a variável Meio Ambiente (i-AMB) média de 53,73%, com mínimo 1,01% e máxima 100,00%. O que indica que a média dos municípios analisados se classifica “Em fase de adequação” (C+).

A variável Cidade Protegidas (i-CID) obteve média de 62,42%, com um mínimo de 0,00% e máxima de 100,00 pontos. Neste quesito, a média dos municípios analisados se encontram na classificação “Efetivo” (B). E, a variável Governança em Tecnologia da Informação (i-GOV) média de 55,59%, com mínimo de 22,00% e máxima de 96,00 pontos. O que indica que a média dos municípios analisados se considera “Em fase de adequação” (C+).

Com base na Tabela 6, constata que os municípios pesquisados se encontram entre as classificações “Altamente Efetivo” e “Baixo nível de Adequação” (C).

Dentre as variáveis analisadas, observa-se na Tabela 6, que a variável Saúde apresentou a melhor média (70,89%), e a variável Planejamento a pior média (37,41%). Ainda as variáveis Meio Ambiente (i-AMB) e Cidades Protegidas (i-CID) apresentam amplitude significativa no que diz respeito a pontuação máxima 100,00% e mínima respectivamente, 1,01% e 0,00%.

Com relação ao desvio-padrão, observa-se na Tabela 6, que o mesmo apresenta maior nível de dispersão na variável Cidades Protegidas (i-CID) de 25,06. Já a variável Gestão Fiscal (i-FIS) consta 9,69%, ou seja, os dados analisados apresentam resultados mais homogêneos.

4.2 Análise do Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM) com o Índice de Transparência da Administração Pública - ITP

Inicialmente apresenta-se a realização dos testes complementares para estudar a homocedasticidade dos erros, a ausência de multicolinearidade das variáveis dependentes, normalidade dos dados e da estacionariedade da série.

O primeiro teste que foi realizado foi de Breusch-Godfrey/Wooldridge com fins de avaliar a existência de autocorrelação entre as variáveis, neste contexto, a hipótese nula é de que não há correlação serial nos dados. O *p-value* observado no teste ($>0,05$), conforme a Tabela 7, o que faz aceitar a hipótese nula ao nível de significância de 5%, e que descarta a autocorrelação serial dos dados, o que vai de encontro à validação do modelo utilizado.

Tabela 7 – Teste Breusch-Godfrey/Wooldridge

<i>Teste Breusch-Godfrey/Wooldridge</i>		
<i>Chisq</i>	<i>df</i>	<i>p-value</i>
362,9	398	0,896

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Como não há correlação na série, buscou-se, por meio do teste de Dickey-Fuller, a estacionariedade da série, ou seja, testar a raiz unitária para averiguar as propriedades estatísticas dos estimadores, se a mesma fosse estacionária demonstraria que a média e variância constante no tempo e a covariância dependeria somente da defasagem temporal entre eles (Gujarati & Porter, 2011). A Tabela 8 apresenta o resultado com um *p-value* inferior a 0,05, podendo-se afirmar que a série é não-estacionária e, desta forma, é possível utilizar os estimadores padrões para a regressão.

Tabela 8 – Teste de *Dickey-Fuller*

<i>Augemented Dickey-Fuller Test</i>		
<i>Dickey-Fuller</i>	<i>Lag Order</i>	<i>P-value</i>
8,9895	9	0,01

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Posteriormente testou-se a série para a homocedasticidade (variância constante do erro) por meio do teste de homocedasticidade de Breusch-Pagan. A hipótese nula é a da homocedasticidade dos resíduos, aceita, conforme Tabela 9, uma vez que o *p-value* do teste foi próxima de 0,05, o que a faria ser aceita, também ao nível de 0,01.

Tabela 9 – Teste de *Breusch-Pagan*

<i>Teste Studentizado de Breusch-Pagan</i>		
<i>BP</i>	<i>df</i>	<i>p-value</i>
14,664	7	0,04055

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

De posse dos resultados dos testes para a série e que demonstraram que a mesma tem os parâmetros necessários no que tange a homocedasticidade dos erros, a ausência de multicolinearidade das variáveis dependentes, normalidade dos dados e estacionariedade da série foi realizado os cálculos a partir do modelo de dados em painel *pooled*, que foi aquele considerado como o mais adequado pelos testes estatísticos realizados, apresentado na Tabela 10.

Tabela 10 – Modelo Pooled

<i>Coefficients:</i>	<i>Estimate</i>	<i>Std. Error</i>	<i>z-value</i>	<i>Pr(> t)</i>	
Intercept	48.4349669	3.6182872	13.3862	< 2.2e-16	***
i-Educação	0.0098136	0.0290907	0.3373	0.73595	
i-Saúde	0.0268618	0.0317511	0.8460	0.39780	
i-Planejamento	-0.0027006	0.0331069	-0.0816	0.93501	
i- Fiscal	0.0717838	0.0400504	1.7923	0.07346	.
i-Ambiental	0.0541264	0.0229252	2.3610	0.01847	*
i-Cidades Protegidas	0.0080338	0.0163613	0.491	0.62355	
i-Governança	0.1312371	0.0302123	4.3438	1.583e-05	***
<i>Signif. Codes</i>	0 '***' / 0.001 '**' / 0.01 '*' / 0.05 '.' / 0.1 ' ' 1				
<i>Total Sum of Squares</i>	94191				
<i>Residual Sum of Squares</i>	88596				
<i>R-Squared</i>	0.059399				
<i>Adj. R-Squares</i>	0.051043				
<i>Chisq</i>	7.10889 on 7 and 788 DF, p-value: 2.9652e-08				

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Destaca-se, inicialmente, que o valor do coeficiente de determinação (R^2) foi de 0,059399, o que significa que somente 5,93% da variação do ITP foi explicada pelas variáveis independentes que compõem o IEGM.

O intercepto do modelo (α), que apresenta o comportamento constante médio da variável Índice de Transparência Pública (ITP) e que independe das variáveis explicativas do modelo, apresentou significância ao nível de 0,1% e valor positivo (0,4843). O modelo possui significância estatística ao nível de 1%, conforme evidenciado pelo seu p-valor.

As variáveis i-Educação, i-Saúde, i-Planejamento e i-Cidades protegidas não apresentaram significância estatística para com o ITP, resultado se aproxima dos achados de Clemente e Gerigk (2019) que pesquisaram sobre o nível de eficiência na gestão dos recursos locais aplicados nas áreas de educação e saúde dos municípios paranaenses de forma que apenas 8% dos municípios paranaenses apresentaram eficiência máxima, em relação à gestão dos recursos destinados às áreas de educação e de saúde, em algum dos períodos analisados.

A variável i-Fiscal apresentou significância estatística ao nível 10% com o ITP e relação positiva para com este índice, desta forma, confirma os achados da pesquisa de Leite Filho et.al., (2018) de que há uma relação positiva e significativa entre o indicador de qualidade de gestão pública municipal (IFGF) com a transparência dos municípios brasileiros. Corrobora com essa análise o estudo de Rosa, Lunkes e Vieira (2021) que

evidenciaram haver uma relação positiva entre equilíbrio na gestão fiscal e o desempenho municipal.

No que tange a questão do i-Ambiental, que demonstrou significância estatística com o ITP ao nível de 5% e, também, uma relação positiva entre os mesmos, o que vem de encontro com o estudo de Alves e Lee (2019), na qual os autores verificaram que o IEGM permite um maior entendimento da gestão municipal e possibilita identificar pontos de oportunidade de melhoria na efetividade da gestão.

A variável i-Governança em Tecnologia da Informação é a que apresenta a melhor significância estatística com o ITP, ao nível de 0,1%, com uma relação positiva, considerada a maior dentre as variáveis apresentadas. Este resultado está alinhado com o estudo de Castro e Carvalho (2017) cujos resultados destacaram que o controle é um dos pilares da democracia e a prestação de contas com tendo valor constitucional. Na linha de pensamento o estudo de Rosa, Lunkes e Vieira (2021) traz como importante achado que a transparência pública tem influência positiva na relação entre gestão fiscal e desempenho municipal ao passo que os autores concluem que a transparência influencia positivamente no equilíbrio das contas públicas e na capacidade dos municípios de gerar receita própria, que gera ganho de eficiência que impacta positivamente com melhorias e/ou na ampliação de serviços prestados para a sociedade.

Os resultados do presente estudo indicam que a teoria da Agência encontra-se inserida no âmbito do setor público, conforme mencionado no estudo de Viana (2010), onde o principal representa o cidadão, o contribuinte ou o eleitor, que elegem os agente, gestores públicos responsáveis por gerir os recursos arrecadados por meio de pagamento de impostos. A significância estatística da variável i-Governança, ao nível de 0,1% e com uma forte relação com o ITP reforça a necessidade de mecanismos de governança pública para poder atuar como amenizadores dos conflitos de agência, conforme citado no estudo de Cichoski et al. (2019). Nesta linha, encontra-se o estudo de Abílio Martins, Jeremias Junior e Fernando Enciso (2021), dentro do contexto da Teoria da Agência, afirmaram que uma boa estrutura de Governança é recomendável para uma administração eficaz na gestão no setor público, uma vez que minimiza esse conflito de agência.

5 Conclusão e Implicações

5.1 Conclusão

A pesquisa objetivou verificar a influência da Efetividade da Gestão Municipal (IEGM) nos municípios do estado do Paraná, sob a ótica de fatores de melhoria do desempenho nas sete áreas relacionadas ao índice: educação, saúde, planejamento, gestão fiscal, meio ambiente, cidades protegidas, e governança em Tecnologia da Informação, com a Transparência Pública (ITP), no período 2019 a 2020.

Para atingir este objetivo, foi realizada uma pesquisa descritiva, documental e de abordagem quantitativa. Para verificar quais ações de Efetividade da Gestão Municipal eram significantes para explicar o Índice de Transparência Pública (ITP), desenvolveu-se um modelo de regressão linear com dados em painel de efeitos aleatórios, o qual se mostrou mais adequado o modelo com dados empilhados (*Pooled*). A variável dependente foi o Índice de Transparência Pública (ITP) e as variáveis independentes aquelas que compõem o Índice de Efetividade da Gestão Municipal: educação, saúde,

planejamento, gestão fiscal, meio ambiente, cidades protegidas, e governança em Tecnologia da Informação.

Os resultados demonstram que as variáveis estatisticamente significativas e que podem ser assumidas como aquelas que influenciam no Índice de Transparência Pública (ITP) foram i-Fiscal, i-Ambiental e I-Governança, similar aos resultados de Costa, Xavier Júnior, Rêgo e Macedo (2020), que se apoiou na Teoria da Agência, na abordagem da governança pública e que demonstrou ter ocorrido uma redução da assimetria informacional entre o principal (sociedade) e o agente (governo), tendo resultado uma maior transparência e melhor accountability no setor público. O resultado também tem relação com os achados Rosa, Lunkes e Vieira (2021) de que a transparência pública tem influência, de forma positiva, na relação entre gestão fiscal e desempenho municipal e que a transparência gera ganho de eficiência que é responsável por viabilizar melhorias e/ou na ampliação de serviços prestados para a sociedade.

5.2 Implicações teóricas e prática da Efetividade de Gestão Municipal e Transparência

O estudo contribui para com a literatura sobre a temática da efetividade e transparência no âmbito da gestão pública dos municípios, sob o enfoque da governança pública, a qual contribui eficazmente nos resultados da gestão, característica importante para garantir o controle efetivo por parte da sociedade.

Neste contexto, os resultados da pesquisa evidenciam que os índices de efetividade da gestão e transparência públicas dos municípios Paranaenses precisam apresentar melhoras e isto será alcançado com a melhoria de gestão nos atributos avaliados por estes índices.

É possível concluir que a efetividade da gestão municipal representa a qualidade da execução das ações da gestão pública que, utilizando-se de monitoramento, controle e avaliação de indicadores de desempenho, para se ter uma avaliação quanto aos serviços prestados e/ou bens públicos disponibilizados. Estes dados são passíveis de serem monitorados por meio dos indicadores de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM) e Transparência Pública. Corroborar com esta questão o estudo de Silva (2020) em que os resultados evidenciaram que o IEGM é um importante instrumento de avaliação da gestão pública, para ampliação e aperfeiçoamento do controle externo, controle social e autoavaliação dos gestores públicos.

5.3 Limitações e recomendações

Como limitação do estudo destaca-se que o painel é balanceado, porém os dados ficaram limitados ao período do estudo, caso houvesse mais dados divulgados sobre o IEGM e ITP, nos anos anteriores aos utilizados no estudo, reforçaria os dados para a regressão em painel, o que possibilitaria encontrar maiores evidências sobre a relação entre as variáveis.

Além desta limitação, também há o fato de o modelo de regressão com dados em painel utilizado, considerado o mais adequado de acordo com os testes estatísticos realizados, explicar 5,90 % da variação da variável dependente da pesquisa, é caracterizado como um poder explicativo baixo.

Considerando a importância da temática no que se refere à gestão municipal, recomenda-se que futuras pesquisas busquem dar continuidade a investigação para gerar estudos longitudinais. Ainda, analisar os indicadores de efetividade da gestão relacionados com o Índice de Transparência Pública (ITP) dos municípios do estado do Paraná em comparação com os outros estados brasileiros.

REFERÊNCIAS

- Abilio Martins, V., Jeremias Junior, J. & Fernando Enciso, L. (2021). Conflitos de agência, Governança Corporativa e o serviço público brasileiro: um ensaio teórico. *RGC - Revista De Governança Corporativa*, 5(1).
- Alves, B. A. F. I., & Lee, S. F. (2019). Gestão pública: uma análise dos municípios cearenses quanto ao índice de efetividade da gestão municipal (IEGM). *Contribuciones a las Ciencias Sociales*.
- Baciu, L., & Botezat, A. (2014). A comparative analysis of the public spending efficiency of the new EU member states: a DEA approach. *Emerging Markets Finance and trade*, 50(sup4), 31-46.
- Baldissera, J. F. (2018). Determinantes da Transparência Pública: um estudo em municípios brasileiros sob a ótica da teoria da escolha pública (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, PR, Brasil.
- Banco Mundial (2017). Relatório de Desenvolvimento Mundial 2017: Governança e a Lei. Folheto da Visão Geral. Banco Mundial, Washington, D.C. Licença: Creative Commons Attribution CC BY 3.0 IGO.
- Bastos, W.; Silva, C.D.S. (2018). Evolução da governança corporativa no Brasil: levantamento da produção científica dos cursos de mestrado e doutorado de 2010 a 2016. *Revista Metropolitana de Governança Corporativa*.
- Bushman, R.M., Smith, A. (2003). Transparency, Financial Accounting Information, and Corporate Governance. *SSRN Electronic Journal*, 9. DOI:10.2139/ssrn.253302
- Castro, C. J., & Silva, G. V. (2017). Boas práticas de governança aplicadas ao setor público: Uma análise na prestação de contas de cinco universidades públicas federais. *Revista Espacios*, 38(17), 26.
- Castro, S. R.; Carvalho, M. G. D. (2017). Indicador de efetividade da gestão municipal: contribuição dos tribunais de contas para a melhoria da gestão pública. *Sistemas, Cibernética e Informática*, 14(1), 56-60.
- Cichoski, F. C. L.; Sehn, L. C., & Mello, G. R. (julho, 2019). Índice de Governança Municipal e Práticas de Governança Eletrônica: Um Estudo com os Municípios do Oeste do Paraná.
- Costa, G. M., Xavier Júnior, A. E., Rêgo, T. F., & Macedo, A. F. P. (2020). Nível de Transparência dos Municípios de Médio Porte Brasileiros: Um Estudo Sobre a Relação dos Indicadores Socioeconômicos e Demográficos. *Interface - Revista do Centro de Ciências Sociais Aplicadas*, 17(2), 35-57.
- Forsund, F. R., (2017). " Medindo a eficácia da produção no setor público ", Omega, Elsevier, vol. 73(C), p. 93-103.

- Fraga, L. D. S.; Medeiros, A. P.; Vieira, K. M.; Bender, F., R. (2019). Transparência da gestão pública: análise em pequenos municípios do Rio Grande do Sul. *Revista Gestão & Planejamento*, v. 20, n. 1, p. 255-272.
- Gujarati, D. N., & Porter, D. C. (2011). *Econometria básica-5*. Amgh Editora.
- Harris, M., & Raviv, A. (1991). The theory of capital structure. *The Journal of Finance*, 46(1), 297-355
- Hwang, J.; Akdede, S. H. (2011). The influence of governance on public sector efficiency: a cross-country analysis. *The Social Science Journal*, v. 48, n. 4, p. 735-738.
- Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (2015). *Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa (5o ed)*. São Paulo: Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. Recuperado de: www.ibgc.org.br em: Acesso em: 14 de junho de 2022.
- Instituto Rui Barbosa - IRB. (2016). 1º Anuário do IEGM Brasil 2016 (Índice de Efetividade da Gestão Municipal): aplicado aos Municípios Brasileiros. Minas Gerais. p. 7 a 13.
- IRB, I. R. B. Índice de Efetividade de Gestão Municipal, 2020. Disponível em: https://www6.tce.ma.gov.br/iegm_util/ranking.zul.
- Jensen, M. C., & Meckling, W. H. (1976). Theory of the firm: Managerial behavior, agency costs and ownership structure. *Journal of Financial Economics*, 3(4), 305–360.
- Köseçik, M., Kapucu, N., & Sezer, Y. (2003). Becoming an effective public manager in the global world: District governors in Turkey. *Dokuz Eylül Üniversitesi İktisadi ve İdari Bilimler Fakültesi Dergisi*, 18(1).
- Kruger, S. D., & Falcão, A. C. (2021). Análise do índice de transparência dos municípios do Sudoeste Paranaense. *Revista Competitividade e Sustentabilidade*, 8(1), 98-114.
- Leite Filho, G. A., Cruz, C. F., Nascimento, J. P. B., & Silva, T. G. (2018). Relação entre a Qualidade da Gestão Fiscal e a Transparência dos Municípios Brasileiros. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, 23(76), 337-355.
- Pace, E. S. U., Basso, L. F. C., & Silva, M. A. da. (2003). Indicadores de desempenho como direcionadores de valor. *Revista De Administração Contemporânea*, 7(1), 37-65. <https://doi.org/10.1590/S1415-65552003000100003>
- Passos, G. O.; Amorim, A. DE C. A Construção do Índice de Efetividade da Gestão Municipal (Iegm). *Revista FSA*, v. 15, n. 6, p. 241–259, 2018.
- Raupp, F. M.; Beuren, I. M. (2013). Metodologia da Pesquisa Aplicável às Ciências Sociais. In: Beuren, Ilse Maria (Org.) *Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade: Teoria e Prática*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 76-97.
- Rosa, F. S.; Martins, S.; Lunkes, R. J.; Vieira, D. M. (2021). A Influência da Transparência Pública na relação entre Gestão Fiscal e no Desempenho de Municípios Brasileiros. *Rev. Desenvolvimento em Questão*, v. 19, n 54, p. 262–278. jan./mar. 2020.
- Rossetti, J. P.; Andrade, A. (2004) Governança corporativa: fundamentos, desenvolvimento e tendências. In: *Governança corporativa: fundamentos, desenvolvimento e tendências*. Editora Atlas.

- Santos, R. R. dos, & Rover, S. (2019). Influência da governança pública na eficiência da alocação dos recursos públicos. *Revista De Administração Pública*, 53(4), 732–752. Recuperado de <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/79919>.
- Silva, G. (2020). O Índice de Efetividade da Gestão Municipal com indutor do aperfeiçoamento da gestão pública nos municípios paulistas. *Cadernos*, 1(5), 65-81.
- Silva, A. G. Almeida e. A relação entre transparência pública e gestão fiscal nos municípios brasileiros. 2019. 75f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/27641>. Acesso em: 16 ago. 2021.
- Silveira, A.M. (2010) Governança corporativa no Brasil e no mundo: teoria e prática. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.
- Tadachi, N. T.; Flores, M. C. X. (2005). Indicadores da qualidade e do desempenho: como estabelecer metas e medir resultados. Rio de Janeiro: Qualitymark.
- Tribunal de Contas do Estado do Paraná. (2020). IEGM TCE-PR. Recuperado de: <https://www1.tce.pr.gov.br/conteudo/indice-de-efetividade-da-gestao-municipal/303674/area/250>. Acesso em 21 de julho de 2022.
- Tribunal de Contas do Estado do Paraná. (2019; 2020). ITP TCE-PR. Recuperado de: <https://www1.tce.pr.gov.br/conteudo/ferramentas-indice-de-transparencia-da-administracao-publica-itp/317844/area/250>. Acesso em 21 de julho de 2022.
- Tribunal de Contas do Estado do Paraná. (2021). IEGM TCE-PR. Anuário exercício 2021. Recuperado de: <https://www1.tce.pr.gov.br/multimedia/2021/4/pdf/00355812.pdf>. Acesso em 21 de julho de 2022.
- Viana, E. (2010). A governança corporativa no setor público municipal: um estudo sobre a eficácia da implementação dos princípios de governança nos resultados fiscais. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.
- Vergini, D. P. et al. (2015) Impacto da responsabilidade social no desempenho econômico-financeiro das empresas brasileiras componentes do Dow Jones Sustainability Index. *Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental*, 19(2), p. 879-898.
- Zubyk, A. R., Ribeiro, F., Clemente, A., & Gerigk, W. (2019). Eficiência na gestão dos gastos municipais em educação e saúde: um estudo baseado na análise envoltória de dados no Estado do Paraná. *Enfoque: Reflexão Contábil*, 38(1), 123-139.